

ALGUNS ASPECTOS DA AÇÃO DO MECANISMO DOS PREÇOS (*)

OCTAVIO GOUVEIA DE BULHÕES (**)

I — *O imperativo da descentralização*

1) Bem complexo é o sistema econômico quando atinge a um estágio de ampla e variada oferta de produtos e de serviços. Não se trata apenas da instalação de indústrias de infra-estrutura, tais como energia, ferrovia, rodovia e portos, mas da profusão de indústrias agrícolas e manufatureiras, que façam bom uso dessa infra-estrutura. Ora, para tanto, é indispensável que em tôdas essas atividades se apresentem empresários em condições de administrar e melhorar a produção, assumindo, cada um, a responsabilidade técnica e financeira do empreendimento. *É a complexa fase da descentralização e da coordenação.*

Um número diminuto de pessoas de elite talvez seja suficiente para a realização de grandes empreendimentos. Mas, sem sombra de dúvida, a extensão e a duração do progresso econômico depende de número apreciável de pessoas capazes.

Pessoas capazes, exatamente porque não são autômatos, têm iniciativas próprias e no desempenho de seu papel, ainda que modesto, em relação ao de outros, podem exercer importante influência sobre a melhoria do resultado total. Creio que a êsse propósito poderia citar o seguinte depoimento do Sr. Shore, músico da B.B.C. Conta-nos êle que, certa vez, os segundos violinos de uma orquestra executavam com a displicência de acompanhantes um trecho de uma Sinfonia de Mozart, enquanto noutro setor da

(*) Este artigo é uma fusão dos pontos principais de duas palestras realizadas pelo Autor na Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo e na Escola Técnica da Aeronáutica, em São José dos Campos.

(**) Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Diretor Executivo da Sumoc e Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

orquestra se desenvolvia, com brilho, a execução principal. Toscanini interrompeu o ensaio e pediu aos segundos violinos que tocassem com mais convicção artística. Não obstante estarem no simples papel de sustentação melódica, se eles atuassem com mais esmêro, imprimiriam riqueza ao conjunto, fazendo inteira justiça ao gênio do compositor.

Eis nesse singelo fato de um ensaio orquestral tôda uma verdade da vida econômica. Um bom regente não se preocupa apenas em assegurar a exata entrada dos executantes. Ele dá ritmo e colorido à execução e, acima de tudo, cumpre-lhe a difícil tarefa de manter a individualização de sons no todo sinfônico.

Num Parlamento, se vários representantes do povo falam ao mesmo tempo, ninguém se entende e o Presidente é obrigado a abafar a confusão das vozes com a violência dos tímpanos. Na orquestra, pela sabedoria da regência, os sons se individualizam nitidamente na manifestação simultânea de suas expressões.

A vida econômica é uma orquestra e não um Parlamento. Os produtores devem atuar simultaneamente e o fazem com intensidades diversas, alcançando-se, entretanto, como resultado, um todo harmônico, desde que se faça sentir a eficiência da coordenação.

2) País que se desenvolve não é exclusivamente um país que, englobadamente, produza mais. É, antes de tudo, uma coletividade onde os indivíduos, por iniciativa própria, se empenham em imprimir eficiência à produção. Cada empresa, de per si, procura aperfeiçoar seus métodos de produção. Conseqüentemente, se em vez de coordenação de iniciativas individuais prevalecer a centralização de decisões; se em lugar de interdependência de atividades empreendedoras houver a subordinação à direção única, então, neste caso, é quase certo que o desenvolvimento não poderá deitar raízes extensas e seguras. Em determinado estágio de expansão, o desenvolvimento emperrará, por falta de complementação. Se não entrar em decomposição, na melhor das hipóteses, cairá na letargia da rotina. O progresso exige descentralização.

Como, entretanto, entrosar num roteiro comum as diferenças de iniciativas e dos interesses dos indivíduos?

II — *A correta formação dos preços como garantia de uma descentralização coordenadora.*

3) Na conferência que pronunciou em fins de 1960, no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o Dr. Oscar Lange, conhecido professor nas Universidades dos Estados Unidos, hoje destacado dirigente do Governo na Polônia, foi muito franco ao criticar alguns erros cometidos nos países comunistas, quanto à seleção de investimentos. Destacou, particularmente, o impulso dado às indústrias, em detrimento da agricultura, fenômeno que, também, observamos no Brasil.

Como explicar que dois países de regimes econômicos diferentes, um centralizado em suas deliberações, outro de iniciativas descentralizadas, tenham, ambos, praticado o mesmo erro de desenvolver suas economias com graves desequilíbrios entre a produção industrial e a produção agrícola?

É que em ambos os países se deixou de reconhecer a validade da formação dos preços, como índice de orientação econômica. Na Polônia, tal como ocorreu na Rússia, os planejadores, ao colocarem a agricultura na escala inferior na graduação das prioridades de investimento, esqueceram-se de manter um registro que indicasse os resultados dessa deliberação. A livre formação dos preços seria o registro suficientemente sensível para orientar as autoridades. Em vez disso, porém, foram fixados os valores dos produtos agropecuários. Dêsse ato de arbítrio econômico adveio o inconveniente político da verificação de uma queda violenta de produção, agravada pela expansão do mercado negro, nos grandes centros de consumo.

4) No Brasil, também, enveredamos pela estrada da fixação dos preços dos produtos agropecuários. Havia, sem dúvida, o reajustamento. Mas, sempre tardio e incompleto, notadamente ao se tratar da exportação. Aí, os produtores, devido à desvalorização do cruzeiro, recebiam somas que, não poucas vezes, eram inferiores ao do custo de produção. Excetuavam-se, naturalmente, os produtos cujos preços no exterior subiam mais rapidamente do que a queda do valor interno do cruzeiro. Mas, na grande maioria dos casos, o desestímulo à exportação era notório.

Como explicar a manutenção de um sistema prejudicial a grande número de produtores? Como explicar o emprêgo desse sistema não só no Brasil, mas em vários outros países? O atrativo

da medida residia na finalidade do subsídio à importação de produtos e de serviços considerados de importância para o desenvolvimento.

Ocorre, porém, que a par de estímulos economicamente justificáveis, começaram a surgir distorções crescentes no campo dos investimentos e da produção em geral. Isso veio a ser observado, notadamente pelos econométristas que, por dever de ofício, são precisos em suas observações. Verificaram eles que as estimativas do custo de produção e dos investimentos estavam sendo falseadas, porque não levavam em conta os prejuízos resultantes da fixação dos preços ou da fixação das taxas de câmbio. Imaginaram, então, substituir os preços do mercado, quando afastados do seu verdadeiro nível, por preços de "contabilidade", que computariam as perdas provocadas pelos subsídios. Assim, ao preço subsidiado de uma matéria prima, favorável a uma indústria, seriam adicionadas as perdas sofridas por outras indústrias, por força desse subsídio.

5) Evidentemente, as substituições e as operações anti-econômicas são consequência da falsidade dos preços, sendo, pois, inócuo, apontar a falsidade dos custos particulares por meio de uma contabilidade social. É inútil pretender corrigir o custo, como efeito, quando persiste a causa de seu falseamento. Se concluíssemos pela supressão das substituições, com a manutenção do subsídio, estaríamos sendo flagrantemente inconsistentes. Qual o empresário, em Milão ou em New York — já tive ocasião de perguntar, a propósito de um debate sobre preços de "contabilidade" — que pensaria em solicitar aos frequentadores de ópera que aplicassem aos ouvidos um aparelho que suavizasse a estridência da voz de um soprano? Para ele, por mais que simpatizasse com a cantora, seria preferível retirá-la do palco, antes que fôsse expulso da direção do Teatro.

Ora, se no campo da arte prevalece o bom senso, não sei porque em economia há de prevalecer a extravagância.

A extravagância não está, é bem de se ver, na boa vontade revelada pelos econométristas em assinalar a falsidade dos custos de produção, devido aos subsídios. A extravagância não está no subsídio em si. Vários empreendimentos devem ser subsidiados. A extravagância, notoriamente extravagante, está em manter-se o subsídio através da falsidade dos preços ou através da falsificação do cruzeiro, no mercado de câmbio.

Ao se estabelecer uma taxa de câmbio de favor, valoriza-se o cruzeiro em proveito de uns, e, conseqüentemente, se desvaloriza o cruzeiro em relação a outros. O mesmo ocorre em relação com o falseamento dos preços dos produtos. Os exemplos são vários e muito elucidativos.

6) Tenho repetido, a êsse propósito, o que ocorreu com a indústria açucareira no Nordeste. Por volta de 1930, os produtores de açúcar daquela região sofreram consideráveis prejuízos com a violenta baixa do preço do produto. Com o propósito de evitar uma calamidade social, o Governo da União interveio. Não poderia deixar de fazê-lo. A medida econômica plausível, em face do desastre social, seria a da oferta de recursos aos produtores durante a fase de readaptação. Seriam subsídios *diretos* à produção, como meio de financiar a margem do custo não coberta pela queda da receita.

Qual o caminho seguido pelas autoridades? Resolveram intervir através da formação dos preços. Para isso, criaram um impôsto de consumo, cuja receita era entregue aos produtores. O preço do açúcar que era, digamos, 100, passou a ser 150. Para os consumidores, essa elevação, conquanto forte em relação à cotação de outros produtos, era aceitável porque o valor do açúcar tinha, de fato, caído excessivamente, por influência do mercado exterior. Para os produtores do Nordeste, a medida parecia excelente, porque a produção passou a ser lucrativa. Mas, de fato, a medida era traiçoeira aos produtores do Nordeste, porque a elevação do preço de 100 para 150, embora não fôsse exagerada para êsses produtores, por causa do custo do transporte, de Pernambuco para os grandes centros consumidores do Rio e de São Paulo, passou, contudo, a ser um preço altamente convidativo para a produção nas imediações dos dois grandes centros de consumo. E, dêsse modo, um subsídio módico, que se pretendia destinar a produtores de determinada região, se transformou, através da deturpação dos preços, em polpudo subsídio a produtores de outra região, que se não tinha em vista favorecer. E com êsse procedimento errôneo de política econômica, o desequilíbrio açucareiro do Nordeste que poderia ter sido temporário se transformou em problema permanente.

Do mesmo modo no câmbio. Se prevalecem valores fictícios, há margem para a prática de erros, seja na atuação individual das emprêsas, seja na própria coordenação exercida pelo Governo. Se

se mantém, por exemplo, uma taxa de câmbio de favor, os beneficiários se sentem desinteressados de adotar certas providências mais úteis à coletividade, uma vez que lhes é assegurado um lucro fácil e seguro. Por seu turno, produtores nacionais que poderiam ampliar sua produção e, portanto, melhorá-la, não o fazem porque se sentem desencorajados pela entrada favorecida do produto estrangeiro.

As hipóteses acima formuladas podem ser traduzidas no caso típico do carvão nacional. Muito embora o carvão nacional não possa concorrer com o petróleo, como combustível nos transportes, à boca da mina sua utilização econômica é indiscutível. Entretanto, a importação do petróleo foi de tal modo favorecida que se construiu no Rio Grande do Sul uma usina termoelétrica, nas proximidades de uma mina de carvão, para queimar óleo combustível.

Não fôsse o favorecimento cambial ao petróleo e é bem provável que a usina térmica no Estado de São Paulo, construída na cidade de S. Paulo, tivesse sido projetada no pôrto de Santos, com a utilização de um subproduto de carvão da Companhia Siderúrgica, produzido em Santa Catarina. Sendo, porém, o petróleo extremamente barato, por força do câmbio de favor, a empresa responsável certamente que não haveria de optar por um empreendimento mais complexo, nem o Estado, no seu papel de coordenador da economia, estaria em condições de exigir procedimento diferente, porque êle mesmo, através da ficção do preço do petróleo, estava a estimular o processo de produção escolhido pela empresa.

Vários outros exemplos de distorção de investimentos poderiam ser arrolados, em decorrência da falsidade de preços. Mais importante, porém, é o caso dos serviços públicos.

7) No princípio dêste ano tive o prazer de acompanhar o notável trabalho desenvolvido pelo Coronel Gilberto de Toledo, que, em colaboração com os engenheiros da Companhia Telefônica, procurou fixar um plano para oferecer mais telefones à população do Estado da Guanabara. As dificuldades, contudo, eram enormes. As tarifas tinham que ser corrigidas não só para atender às despesas correntes, como, também, para transformá-las em quotas de capital.

O plano do Coronel Toledo, não obstante todos êsses obstáculos era exeqüível. Permitiria ampliar, rapidamente, o suprimento

de telefones no Estado da Guanabara e assegurava à indústria nacional grande mercado de consumo, que acabaria por se padronizar, com notáveis vantagens econômicas, porque as várias empresas telefônicas do País acabariam associando-se a esse empreendimento.

O ponto de partida do plano do Coronel Toledo residia na conjugação dos bens já existentes da companhia concessionária, com o novo capital dos usuários, em parte representados pelo Governo do Estado na Empresa. Dessa forma, sem desperdícios de recursos, se adicionaria, com as devidas garantias, novo capital ao capital existente e tudo que se pudesse levantar daqui por diante seria para fazer face à ampliação da rede.

Por que fazer do usuário o financiador compulsório da empresa telefônica?

Na resposta, está o eloqüente testemunho do erro da deturpação dos preços. Seja-me lícito reproduzir o que já transcrevi noutros trabalhos e que volto a reproduzir por me parecer ainda oportuno:

“Um serviço público, tal como o de transporte, de energia elétrica ou de telefone, resulta de um investimento. Decorre de um conjunto de esforços técnicos e de poupanças que vão contribuir para melhorar as atividades econômicas e sociais. Essa melhoria social é o verdadeiro lucro do investimento, uma vez que o acréscimo da renda social, em decorrência da implantação ou da expansão de um serviço público, quando bem lançado e eficientemente administrado, tende a transformar-se em soma consideravelmente superior ao custo do empreendimento.”

“Pouco importa que o serviço seja realizado direta ou indiretamente pelo Estado. Tanto faz que a propriedade do empreendimento seja estatal ou pertença a um concessionário. Em qualquer uma das duas hipóteses, o empreendimento, para dar lucro à coletividade, deve, por sua vez, ser lucrativo, a fim de poder assegurar a necessária compensação a seus diretores, a seus técnicos, a seus empregados e todos aqueles que se dispõem a poupar no consumo para facilitar o emprêgo dos fatores de produção nos investimentos.”

“O suprimento de serviços a regiões de economia incipiente talvez não dê margem à formação de lucros;

ainda assim, a lucratividade do empreendimento não deve ser desprezada. Cabem as subvenções que assegurem receitas para remunerar o investimento.”

“Os empreendimentos públicos representam uma produção de tal modo importante, pela capacidade de multiplicar a renda dos usuários, que o cuidado de instalar um serviço eficiente tem alcance econômico muito superior ao da preocupação de fixar tarifas módicas.”

“Não resta dúvida de que os serviços públicos, dada a natureza de suas operações, se apresentam sob a forma monopolística. E precisamente porque, como monopolistas, suprem aos usuários um serviço que lhes é de grande valia, na ausência da intervenção do Estado, haveria a tendência de fixação de preços exorbitantes, e, portanto, de formação de lucros anti-sociais. Daí a necessidade de regulamentar-se a tarifa, não, bem se vê, com o propósito de forçar o suprimento de um “serviço barato”, com prejuízo da eficiência, mas para impedir que o serviço se torne desnecessariamente caro.”

“Nós nos temos inclinado a considerar o serviço público mais com o caráter de gratuidade do que o de lucratividade”.

Diante desse quadro, é fácil compreender que as empresas de serviços públicos não estão em condições de levantar capitais. Há de haver uma fase de reajustamentos, durante a qual podemos recorrer à contribuição de recursos por parte dos usuários, mediante o pagamento de tarifas mais elevadas.

Todavia, a queda de eficiência dos serviços, não obstante ser uma consequência de tarifas insuficientes, provoca desconfianças, quando se propõem tarifas maiores, notadamente se preponderam preconceitos e prejulgamentos em relação a empresas concessionárias estrangeiras, como ocorre em nosso País.

Tudo isso torna difícil a adoção de um plano tão bem elaborado como o de autoria do Coronel Toledo e que, se pôsto em execução, traria grandes benefícios ao Estado da Guanabara e constituiria um instrumento de notável impulso à indústria nacional.

Acredito que o plano venha a ser adotado. Se, entretanto, fôr deixado à margem, será mais uma lição das conseqüências da deturpação da moeda. Fica bem patenteado o enorme prejuízo que advém da mentira dos preços, da falsidade dos subsídios cambiais e do grosseiro equívoco da insuficiência de tarifas dos serviços públicos.

8) A meu ver, o grande passo que estamos dando, principalmente com a reforma cambial e com a exposição do *deficit* orçamentário ao Congresso, com a inclusão do desequilíbrio financeiro da Marinha Mercante e da Rêde Ferroviária, consiste em desenvolver um esforço na conquista de um sistema de valores que permita orientar o Estado e os particulares na escolha dos investimentos e na seleção dos fatores ou dos produtos, na produção e no consumo.

Sòmente por meio de adequada formação de preços poderemos assegurar um roteiro econômico num regime descentralizado, o mais indicado para o nosso País, pela vastidão de seu território e variedade pronunciada de suas regiões.

Sòmente por meio da prevalência de preços que revelem a realidade dos custos de produção é que se poderá conseguir a cooperação múltipla e interdependente dos indivíduos, num todo harmônico de engrandecimento do produto nacional.

III — *A estabilidade da moeda como base da exata formação dos preços.*

9) Além do cuidado que deve ter o Govêrno em não desvirtuar a formação dos preços, seja por erros em sua própria intervenção, seja por omissão de intervenções, em face de influências monopolísticas, cumpre-lhe, antes de tudo, preservar o valor da moeda.

O reconhecimento da estabilidade monetária, como requisito do progresso econômico, é mais antigo do que parece. Muito antes de Ricardo, divulgavam-se folhetos que mostravam os traiçoeiros resultados das depreciações monetárias. Em 1581, por exemplo, foi publicado por autor desconhecido um "Exame Breve de Certas queixas Correntes..." "A Compendious or Brief Examination of Certain Ordinary Complains..."

Trata-se de exposição, em forma de diálogos, entre diversos personagens. Um atribui ao outro a causa da elevação dos preços.

O comerciante diz que vende caro o trigo porque é por preço mais elevado que êle o adquire do agricultor. Êste retruca que não pode fazer por menos porque o proprietário da terra exige arrendamentos maiores. Êste, por seu turno, faz recair a culpa ao comerciante, que lhe vende as mercadorias a preços cada vez mais elevados.

Finalmente, um dos interlocutores rompe o círculo de acusações declarando mais ou menos o seguinte: uma coisa decorre da outra, que, pos seu turno, põe uma terceira em movimento. É uma cadeia de repercussões. Todavia, há um elemento primeiro, uma causa inicial, que dá impulso a todo êsse movimento circulatório. Basta que verifiquemos o grande número de moedas, com o mesmo valor global correspondente a número muito menor de unidades que existia anteriormente, para compreender que aí deve residir a causa da alta geral de preços.

— Então, pergunta um dos interlocutores, de acôrdo com a sua argumentação, a causa deve ser atribuída à depreciação da moeda e, por via de consequência, a Sua Majestade o Rei, por ordem de quem foi feita a alteração monetária?

— Sim, responde o primeiro. A causa, aliás, vem de mais longe, quando os primeiros Conselheiros, a pretexto de oferecerem notórios lucros a Sua Majestade (o Rei Henrique VIII) sugeriram o aviltamento da moeda. Se Sua Graça tivesse dado conta que essa medida lhe proporcionaria um lucro efêmero, seguida de uma perda constante para o Rei e para o Reino, certamente que êle teria impedido a execução de tão simplista medida.

Essa observação, feita em 1581, é oportuna em pleno período do desenvolvimentismo da América Latina.

10) Como explicar a repetição desse êrro, já assinalado no século XIV, depois no século XV, mais, ainda, no século XVI e, assim por diante, para chegarmos ao Brasil, quase que no XXI, ainda às voltas com uma inflação no estilo típico de John Law?

A explicação é fácil, pois tudo se resume na persistência da ignorância no curso do tempo.

Já tive oportunidade de acentuar que as ciências sociais, especialmente a econômica, não podem continuar a ser do domínio ex-

clusivo de um grupo de intelectuais. É indispensável que algumas idéias fundamentais sejam divulgadas na esfera do ensino primário e secundário. Todos os que estão aptos a participar da vida pública, votando ou sendo votados devem ter um mínimo de discernimento econômico.

Os representantes do Povo, nas Câmaras Municipais, no Legislativo dos Estados e notadamente no Congresso Nacional e no Executivo Federal lidam a maior parte do tempo com problemas econômicos. Muito bem. Esses representantes desempenham atividades profissionais as mais variadas: são médicos, farmacêuticos, operários, artistas, advogados, engenheiros, agricultores, banqueiros, industriais, comerciantes. Alguns, em suas profissões, entram em contato com alguns problemas econômicos; outros, porém, se mantêm afastados dessa ordem de considerações. Como pode uma massa heterogênea chegar a uma deliberação comum que reflita um mínimo de bom senso econômico?

Note-se que há certos aspectos monetários que são verdadeiramente diabólicos. Embevecem os espíritos daqueles que não tenham passado por um período de corriqueiro aprendizado dos fenômenos econômicos. A êsse respeito Goethe nos oferece uma lição inesquecível. Tendo sido Ministro do Duque de Weimar e, naturalmente, tendo tido a oportunidade de observar a subtileza da euforia que a inflação oferece nas primeiras fases de sua evolução, não deixou de incluir êsse fenômeno no seu monumental Fausto, atribuindo a cena principal a Mefistófeles.

Em que consiste essa cena? Não custa lembrar. Mefistófeles chega a um reinado e, aproveitando-se do desfalecimento do Bôbo da Côrte, desfalecimento possivelmente por êle provocado, tranforma-se na figura daquele, e nessa qualidade entra na Sala do Rei, onde se realiza uma reunião. Aí todos se queixam. O Ministro da Guerra declara que não tem dinheiro para pagar às tropas. O Tesoureiro diz que não tem dinheiro para pagar aos fornecedores do Estado. E as lamúrias se sucedem. O Rei desesperado volta-se para o Bôbo da Côrte que aproveita a oportunidade para fazer uma sugestão. Falta dinheiro, não é? Pois tenho um plano para Sua Majestade. Seus súditos não possuem ouro? Esse ouro não está guardado? Pois faremos de conta que está em circulação. Antes de mais nada, organizemos um grande baile de carnaval. Todos se fantasiaram, inclusive o Rei; todos beberam, inclusive o Rei. No fim da festa, Mefistófeles pede ao Rei para assinar papéis e mais papéis, dizendo que isso fazia parte

do carnaval. Dia seguinte, nova reunião. Ministros estão exultantes. Não há queixas. Nesse momento, o verdadeiro Bôbo da Côte desperta e pergunta a Mefistófeles, já transfigurado em outro personagem, qual o motivo de tanta alegria. E Metistófeles lhe diz que todos possuem muitas notas. Notas para quê? Para comprar mercadorias. Então, nesse caso, vou conseguir essas notas e comprar enquanto é tempo. Ao que Mefistófeles exclama: "E dizem que é Bôbo!"

11) Não é fácil acabar com a euforia carnavalesca da inflação. São necessárias medidas de grande amplitude, que não cabem na esfera das proidências exclusivamente econômicas. Não foi à toa que Vilfredo Pareto procurou amparo na Sociologia.

O prolixo trabalho que escreveu, "Traité de Sociologie Générale", de dois enormes volumes, mostra que ele não teve tempo de aprimorar seus estudos, nem refletir bem sobre as conclusões a que chegou. Por isso mesmo, as classificações apresentadas são arbitrárias, além de confusas. Devemos, porém, assinalar que sua observação quanto à existência de dois grupos característicos de sentimentos é do interesse para os que analisam a inflação.

Segundo Pareto, há indivíduos que têm gosto pelas artes ou pela especulação, seja no campo puramente intelectual, seja na vida dos negócios. Tais sentimentos tornam esses indivíduos desligados da tradição e não os deixam apegar-se, como à religião e à Pátria. As grandes inovações os empolgam e é esse espírito inovador que dá lugar ao progresso científico e ao desenvolvimento intelectual e econômico. Em contraste, há os sentimentos que prendem os indivíduos à tradição, à religião e à Pátria. É o grupo de sentimentos que mantém a sociedade agregada e estabilizada, enquanto os sentimentos do primeiro grupo tendem à desagregação e à instabilidade social.

Pareto apresenta esse conflito de sentimentos, ora com a preponderância de um grupo, ora com a preponderância de outro, num relato extremamente erudito, desde a Grécia até o contraste entre a França e a Alemanha de 1870.

Se estivesse vivo, o contraste seria reforçado com os acontecimentos de 1940.

12) Antes de Pareto, outros autores teceram considerações semelhantes, dentre os quais podemos destacar Alexis Tocqueville, no livro que publicou em 1888, sobre a democracia na América.

Neste trabalho, se acentua a conjugação de sentimentos contrários. Registra-se a convergência em vez de se ressaltar a preponderância de uma das correntes, como o faz Pareto. A religião, diz Tocqueville, é que dá lugar à estabilidade das sociedades anglo-americanas. "Nos Estados Unidos, a religião se confunde em todos os hábitos nacionais e sentimentos patrióticos e isso *lhe dá força particular*".

"É preciso, diz êsse autor, conhecer que a igualdade, que tantos benefícios traz ao Mundo, provoca nos homens instintos perigosos: ela tende a isolá-los uns dos outros, levando cada um a se ocupar a não ser de si mesmo. Ela abre desmesuradamente a alma ao amor dos prazeres materiais. A grande vantagem das religiões é de inspirar instintos contrários a êsses. Os povos religiosos são, pois, naturalmente fortes, *precisamente no ponto onde democraticamente êles são fracos*".

13) As idéias expendidas, quer por Pareto, quer por Tocqueville são demasiadamente imprecisas para constituírem um conjunto de observações de caráter científico. Contudo, dão margem à compreensão da existência de sentimentos que, embora contrários, muitas vezes convergem para uma finalidade única. Essa convergência permite, sem dúvida, a realização de um progresso seguro, como podemos observar em qualquer sociedade.

Numa empresa, por exemplo, é fácil vislumbrar a integração de condutas que se revelam díspares, quando consideradas isoladamente. Num todo empresarial há decisões arriscadas e, simultaneamente, decisões de precaução; há inovações e conservação; há subversões e disciplina.

Quando os diretores de uma empresa decidem realizar um investimento, assumem um risco. Por outro lado, há o sentimento de precaução, que se traduz na formação de reservas ou na convocação de acionistas, para o suprimento do capital de risco.

A outra hipótese é da conjugação de espírito inovador com o espírito de conservação. Inovar, sem preservar o que foi anteriormente inovado, representa um desperdício de esforços. Empresas que inauguram instalações, sem manterem conservadas as instalações em uso, dilapidam capital; agregam, ao mesmo tempo que desagregam.

Finalmente, há a conjugação do espírito subversivo com o espírito de disciplina. Empresas que apelam para os laborató-

rios são emprêsas que estão prontas a encetar uma revolução. Mas para evoluir revolucionando é preciso contar com muita disciplina. Disciplinarmente, os diretores devem dar atenção aos técnicos; disciplinarmente, os empregados devem-se subordinar ao desconforto da modificação da rotina; disciplinarmente, os técnicos devem subordinar a ambição de suas sugestões à exequibilidade empreendedora.

O espírito empresarial é a síntese da ousadia técnica com a segurança financeira; do espírito inovador com a disciplina de conduta.

14) A desvalorização monetária aniquila essa síntese. A queda sistemática do valor da moeda, provoca o acúmulo de afoitezas, adicionando ao risco técnico, o risco financeiro e retirando do espírito inovador a força da disciplina de conduta. As emprêsas passam do risco para a aventura. Se se conseguem expandir na seqüência da alta de preços, em breve se interessam mais pelo lucro da valorização dos bens do que pelo aperfeiçoamento da técnica de sua produção; se a elevação dos preços particulares não conseguem superar a queda do valor da moeda, das tarifas, caem na estagnação, que é o caso típico das emprêsas de serviços públicos.

Obviamente, a correção desse estado de coisas não depende apenas da diminuição dos meios de pagamento. Muitas outras medidas devem ser tomadas. Daí a complexidade da política antiinflacionária.

S U M A R Y

This article deals with the value of a price mechanism system in guiding economic decisions. The author's thesis is that:

(a) — *economic progress requires decentralization.*

(b) — *the setting up of a common program conciliating the various initiatives and interests, viz, the coordination of all decentralized decisions depends on a pricing system.*

(c) — *taking into consideration the vastness of the Brazilian territory, and the great variety of regions and productions, the decentralized system is the most suitable for Brazil.*

The author stresses the importance of a really effective pricing system in the making of decisions by comparing the mistakes made by Poland and Brazil in their selection of investments and which resulted in a strong incentive to manufacturing industry, detrimental to agriculture. These mistakes occurred both in countries of a centralized and decentralized economies by ignoring the value of a pricing mechanism as a gauge for economic directives. In Poland, as in Russia says the author when planners put agriculture below industry in the scale of preferred investments, they failed however to set up a system enabling, to check on the results of that decision. A free pricing mechanism would have been a system sufficiently sensitive to guide the planners. Instead, artificial prices were fixed for agricultural products. This economically arbitrary action resulted in substantial drop in agricultural output and the consequent increase in black market activities centers of consumption. In Brazil, the fixing of agricultural prices was also followed. It is true that there were necessary readjustments, but these always too late and inadequate specially when exports were concerned since, owing to the devaluation of the Cruzeiro, producers were very often paid less than the cost of production. The exceptions were of course, products whose foreign prices rose at a quicker rate than that of the drop in the domestic value of the Cruzeiro. However, in most cases the lack of incentive to export was quite obvious. The author's view on "accounting prices" is a quite skeptical one. He criticizes the "price substitution idea" pointing out that in a distorted economy transactions are mere result of a falsity in prices and therefore it is irrelevant to stress the falsity of each particular price through social accounting.

The author further cites some examples of misleading price government intervention in Brazil, which have lessened the efficiency of the economic decisions subsequently made.

For instance, he refers to the Northeastern sugar industry which suffered a heavy set back in 1930, due to a drastic drop in prices. Government intervened but, instead of subsidizing directly the local producers during the readaptation period, the government action consisted in a pricing mechanism, viz, an excise tax proceeds of which benefit all producers; this, while at first sight a seemingly excellent step for Northeastern producers since production now became profitable, actually had consequences unfavorable to that sugar growing region. In fact, while this

excise tax added to transportation costs from the Northeast of the country to Rio and S. Paulo (main consuming centers) did not entail an excessive increase in prices, it was sufficient, however, to stimulate sugar production in neighboring Southern regions. According to the author, government must be careful not only to study the most adequate pricing policies and to avoid mistakes either when intervening or when refraining to act against monopolistic practices but, above all else, to preserve the value of the currency. According to the author another example of distortion provoked by misleading prices may be represented by the location of a new electrical plant in the capital of the State of S. Paulo. The favourable foreign exchange rate allowed for oil imports prevented that electric plant of being located in Santos City, right on the shore, in order to absorb by products of coal coming up from the South.

The author comments on the views expressed by Pareto in his book "Théorie Sociale Générale", namely that, within societies, conflicting feelings may often concur toward the achievement of a common goal (bold versus timid decision; pioneering versus conservation; the subversive against the disciplined mind, etc.) this kind of concurrence assuring steady progress.

Thus entrepreneurship is a synthesis of bold technique and financial safety; of the pioneering mind and the disciplined behaviour. This synthesis is destroyed by monetary devaluation. The steady drop in the value of currency stimulates increased boldness thus increasing financial and technical risks depriving the pioneering spirit of the strong brake of disciplined behaviour. Enterprises now change a reasonable risk into an adventure. If they succeed expanding borne on the wave of rising prices, they are soon more interested in profits originated from capital gains than in improving their production techniques and if the rise in their particular prices cannot exceed the fall in the purchasing power of the currency their business stagnates which is the typical case of Brazilian public utilities.